

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO



C. H. V. SUTHERLAND, *The Roman Imperial Coinage*, vol. I: From 31 B. C. to A. D. 69, ed. C. H. V. Sutherland e R. A. G. Carson, edição revista, Londres, Spink & Son Ltd., 1984, xxii+306 págs., 32 ests.

A presente edição de *RIC I*, que vem substituir o volume publicado por H. Mattingly e E. A. Sydenham em 1923, é um bom testemunho do progresso que se verificou no estudo da numária júlio-claudiana ao longo dos sessenta anos que separam as duas edições. Na verdade, uma obra deste tipo muito dificilmente poderá constituir o resultado de uma investigação individual, mas sim de um tratamento e reflexão sobre os trabalhos desenvolvidos por diversos investigadores entre os quais poderemos citar, para o caso presente, K. Kraft, J. B. Giard, D. W. Mac Dowall, P.-H. Martin e C. M. Kraay com as suas obras sobre a numária de Augustus, Gaius, Nero, Guerras Civis de 68-9 e Galba, sem esquecer os inúmeros e valiosos estudos que Sutherland dedicou ao período júlio-claudiano.

Para além dos novos textos introdutórios à numária dos diversos imperadores e do aumento significativo do número de moedas registadas (de *c.* 1400, na 1.ª edição, para *c.* 2300 entradas), o material catalogado na nova edição de *RIC I* é descrito de modo mais pormenorizado e com indicações sobre a orientação das legendas, peso, eixos e grau da raridade. Outro aspecto distintivo da 1.ª edição, ainda que não constitua uma inovação na série *RIC*, reside na substituição da clássica e já ultrapassada obra de H. Cohen — só utilizada em último recurso — por catálogos de grandes colecções como referências para cada uma das moedas descritas (entre as colecções de museus encontra-se uma, na p. xviii, registada simplesmente por «Lisbon» que presumimos ser a do Museu Numismático Português, referida por D. W. Mac Dowall, *The Western Coinages of Nero*, (ANSNN&M 161), Nova Iorque, 1979, p. xv, e que Sutherland retomou para referência dos n.ºs 317 e 373 do reinado de Nero).

No livro de Sutherland são visíveis algumas pequenas incorrecções, omissões e aspectos discutíveis, próprios de uma obra desta natureza, mas que em nada afectam o seu real valor. O próprio Autor publicou, pouco depois da aparição desta nova edição de *RIC I*, um suplemento com correcções e adições ao numerário de Galba, em ouro e prata, cunhado na Hispânia, Gália e África (C. H. V. Sutherland, *Quaderni Ticinesi. Numismatica e Antichità Classiche*, XIII, 1984, pp. 171-81).

A numária de Augustus, exemplarmente tratada por Sutherland, interessa-nos de modo particular, já que inclui algumas emissões atribuídas à Hispânia. Entre o material de Emerita (incorrectamente localizada em Portugal, p. 25) figura o numerário em prata e cobre cunhado por P. Carisius, sem a legenda EMERITA (pp. 41-2, n.ºs 1-8 e 12-25), mas a concentração de achados destas moedas sobretudo no NO da Hispânia poderá sugerir a sua cunhagem em casa(s) de moeda itinerante(s) com o exército nesta região. Na p. 41, os *asses* e os presumíveis *dupondii* com P. CARISIVS/LEG/AVGVSTI no reverso são datados entre c. 25-23 a.C., certamente por lapso, dado que na legenda do anverso destas peças já consta a *tribunicia potestas* concedida a Augustus em 1 de Julho de 23 a.C. A propósito destas moedas ainda podemos fazer mais duas observações: a legenda 3 (p. 41), lida numa numisma do Ashmolean Museum, em mau estado de conservação (cf. C. H. V. Sutherland e C. M. Kraay, *Catalogue of Coins of the Roman Empire in the Ashmolean Museum*, part I. Augustus, Oxford, 1975, est. 8, n.º 328), não existirá — em mais de 200 ex. deste tipo que tivemos a possibilidade de estudar, não a encontramos —, devendo tratar-se de uma leitura incompleta da legenda 4, CAESAR AVG-TRIB POTEST, o que implicará a supressão do n.º 14 do catálogo (p. 42); a legenda 12 (p. 42) será antes CAESAR AVGVST TRIB-POTEST.

Seguindo Mattingly, Sutherland considera ainda como provenientes de duas casas de moeda hispânicas, possivelmente Caesaraugusta e Colonia Patricia, as moedas n.ºs 26-153 (pp. 43-51), não aceitando (pp. 25-6 e 45, nota *) os argumentos de Giard que o conduziram à atribuição de uma parte deste material, tido tradicionalmente como hispânico, a Nemausus (J.-B. Giard, *Bibliothèque Nationale. Catalogue des Monnaies de l'Empire Romain*, I. Auguste, Paris, 1976, pp. 12-3, 196-9). Na verdade, estas moedas de «uncertain Spanish mints» necessitam de um estudo mais aprofundado para que sejam resolvidos os problemas relacionados com a sua atribuição e cronologia das emissões, mas a sua escassez na Península Ibérica — nomeadamente de ex. de Caesaraugusta (?) — e os dois cunhos aparecidos em Nîmes (Giard, *op. cit.*, p. 18, n.ºs 1-2) para anversos tidos como de Colonia Patricia (?), em nossa opinião, serão indicadores para uma origem gaulesa de todo este numerário.

As moedas n.ºs 543a-b que Sutherland considera de atelier incerto, mas relacionando-as com as operações militares de limpeza desenvolvidas por Octavianus nos Balcãs após a vitória em Actium (p. 38), antes deverão continuar a ser atribuídas à Hispânia — como já o propuseram, por exemplo, Mattingly e Giard — e mais especificamente a atelier(s) itinerante(s) com o exército no NO da Hispânia, região onde é maior a densidade de achados destas peças. Do Noroeste são também os *sestertii*, *dupondii* e *asses* com uma *caetra* no reverso

(cf. L. Villaronga, *XI CNA, Merida 1968*, Saragoça, 1970, pp. 591-600 e Giard, *op. cit.*, p. 160) que Sutherland não engloba, a nosso ver sem razão, no seu catálogo, decerto por julgar estas peças como cunhagens provinciais, tal como o havia feito no catálogo do Ashmolean Museum (Sutherland e Kraay, *op. cit.*, est. 26, n.ºs 1077-80).

A copiosa série *Pontif. Maxim.* do reinado de Tiberius, diferentemente da 1.ª edição de *RIC I* (p. 103, n.º 3) e à semelhança do que fez Mattingly no catálogo do British Museum (*BMCRE I*, Londres, reimpr. 1976, pp. cxxx e 124), é dividida em 3 grupos com base em algumas variações de detalhe verificáveis nos reversos. Para uma série tão longa e volumosa como esta, seria ainda importante uma referência à evolução do retrato do imperador, também um elemento fundamental de datação (cf. J.-B. Giard, *Le Monnayage de l'Atelier de Lyon. Des Origines au Règne de Caligula (43 avant J.-C.-41 après J.-C.)*, Paris, 1983, pp. 48, 124-8).

Mais uma vez Sutherland segue Mattingly na atribuição do numerário de Gaius, em ouro e prata, com a efígie laureada à casa de moeda de Roma, reservando a Lugdunum somente as moedas com a efígie nua (pp. 101-4, 106, 108-10), apesar dos argumentos pertinentes de Giard em defesa de uma produção exclusiva de moeda em AV e AR pelo atelier gaulês (Giard, *RN*, VIº s., XVIII, 1976, pp. 70-2 e *Le Monnayage de l'Atelier de Lyon...*, pp. 49-53). Os dois tipos de efígie e outras observações de ordem estilística apontadas por Mattingly (*BMCRE I*, p. cxlii) parecem-nos insuficientes para justificar a mudança da cunhagem de AV e AR de Lugdunum para Roma no início do reinado de Gaius. Somos mesmo partidários da tese que defende a manutenção desta situação possivelmente até à reforma de Nero, em 64, emitindo Roma apenas moeda de cobre e latão (p. 103).

A datação dos *sestertii*, *dupondii* e *asses* cunhados pela casa de moeda de Roma em nome de Claudius I (pp. 127-8, n.ºs 94-100 e pp. 129-30, n.ºs 110-16) tem interesse especial para nós devido à frequência dos achados de imitações destas peças — sobretudo de *asses* — em todo o território peninsular. Sutherland opta pela cronologia proposta por C. M. Kraay (cf. *v.g. Die Münzfunde von Vindonissa (bis Trajan)*, Basileia, 1962, p. 37), isto é, 41-c. 50 para as moedas com legenda sem PP e c. 50-54 para aquelas com PP. Recentemente, H.-M. von Kaenel rebateu esta cronologia, fundamentando-se na análise de achados, sobretudo de Itália, e da evolução do retrato do imperador nas moedas, concluindo que o início da cunhagem dos exemplares com PP aconteceu logo em 42, ano em que Claudius I recebeu o título de *Pater Patrie* (M. Campo, J.-C. Richard, H.-M. von Kaenel, *El Tesoro de la Poble de Mafumet (Tarragona)*, Barcelona, 1981, pp. 52-4).

O arranjo da numária do tempo de Nero (pp. 133-87), em que o Autor seguiu em geral o trabalho, já citado, de Mac Dowall, foi notavelmente melhorado, tendo muito pouco a ver com a ordenação adoptada na 1.^a edição de *RIC I*. Apenas uma observação de pormenor ao catálogo: inexplicavelmente, para os anos *c.* 67-8, Sutherland considera apenas a emissão de *denarii* (p. 154, n.^{os} 68-72), quando são bem conhecidos *aurei* com os mesmos aversos e reversos dos n.^{os} 69 e 71, aliás já registados na 1.^a edição de *RIC I* sob os n.^{os} 42 e 54 (cf. também Mac Dowall, *op. cit.*, n.^{os} 32 e 33).

Antes de terminarmos estas notas a mais esta magnífica obra do Dr. Sutherland, novo e fundamental instrumento de trabalho para os numismatas e outros estudiosos do período júlio-claudiano, devemos louvar a Editora pelo cuidado posto na produção do livro, traduzido numa excelente apresentação e impressão e ainda numa ilustração mais abundante (32 ests.) que na 1.^a edição de *RIC I* (16 ests.).

R. M. S. CENTENO

MÁRIO GOMES MARQUES (Editor), *Problems of Medieval Coinage in the Iberian area*, Instituto Politécnico de Santarém, Santarém, 1984, 356 p.

Reunem-se neste volume os trabalhos apresentados ao «1.º Simpósio sobre problemas de moeda medieval na área Ibérica», levado a efeito em Santarém, pelo Instituto Politécnico da mesma cidade, entre 6 e 10 de Maio de 1984, com uma comissão executiva presidida pelo editor da publicação. A importância do simpósio, por múltiplas razões, justificaria, por si só, que *Nummus* o não pudesse ignorar. Na verdade, omitir tal realização em páginas da única revista nacional de carácter científico da especialidade seria, no mínimo, uma dupla injustiça. Sê-lo-ia para a organização que teve a invulgar capacidade de programar e levar a efeito o que não temos dúvidas em classificar como a mais importante reunião científica da especialidade levada a efeito no país e, além disso, modelar sobre muitos aspectos, sob o ponto de vista organizativo. Também o seria para a Numismática em si mesma e os seus cultores em Portugal, pelos diversos aspectos que no plano estritamente científico conferem especial significado à generalidade das colaborações verificadas, com compreensível destaque para aquelas que se apoiam em modernas metodologias, as quais justificam se promova a sua divulgação, encorajando o contacto directo com os originais. É deste conjunto de razões que decorre a justificação da presente nota bibliográfica, já que o leitor não vai encontrar aqui a recensão crítica que a colectânea de estudos reunidos

justificaria amplamente. Num conjunto de mais de duas dezenas de trabalhos, alguns extremamente especializados, ainda que dos mesmos se nos afigure poder dizer-se que foram apresentados com um razoável sentido didáctico, quer nas versões expostas em Santarém quer na sua forma escrita, a tarefa de verdadeira recensão requereria o concurso de especialistas de zonas de Numismática e de História Monetária que não estão, normalmente, ao alcance de um só investigador. Muito menos o estão do subscritor destas apreciações, que nem sequer se dedica a problemas do período medieval.

São os seguintes os estudos do Volume:

- «Non-destructive methods of chemical analysis of coins: results of their use for the study of Medieval coins» (J. M. Peixoto Cabral, pp. 13-47);
- «X-Ray fluorescence analysis of copper-based coins» (G. F. Carter, M. M. Booth, pp. 49-69);
- «Numerical taxonomy and Medieval coinage» (A. M. Stahl, pp. 71-80);
- «Particularities of the study of hoards and cumulative finds of Medieval coins» (J. S. Jensen, pp. 81-89);
- «Numismatic calculations from die-links statistics» (G. F. Carter, pp. 91-104);
- «Iberian systems of weights in the Middle Ages: their role in the monetary sphere» (J. Pellicer i Bru, pp. 105-119);
- «Statutes governing coinage in Iberian kingdoms during the Middle Ages» (A. M. Balaguer, pp. 121-138);
- «The Fisher Equation and Medieval monetary history» (J. Day, pp. 139-146);
- «Thirteenth century: the foundation of the territorial and monetary bases of the Catalan-Aragonese Crown» (M. Cruzafont i Sabater, pp. 147-171);
- «Frequencies of appearance of the *dinheiros* of the first dynasty (1128-1383)» (P. F. Lemos, pp. 173-183);
- «The relative size of the issues of the Portuguese *dinheiros*» (M. G. Marques, M. M. G. Marques, pp. 185-192);
- «Variations in Portuguese currency in the second half of the fourteenth century» (M. G. Marques, pp. 133-205);
- «The monetary system of the Catalan-Aragonese crown during the second half of the fourteenth century: unification prevails over innovation» (M. Crusafont i Sabater, pp. 207-220);
- «The *real branco* of D. João I: the approximate number of coins struck» (M. G. Marques, T. G. Marques, M. C. Silva, pp. 221-229);
- «The silver contents of the reais brancos of Dom João I of Portugal» (M. F. D. Araújo, J. M. P. Cabral, M. G. Marques, pp. 231-242);

- «The fall of a myth: the copper coin of Dom João I with Arabic inscription» (N. Gonçalves, pp. 243-248);
- «A find of coins and dies. «Reais pretos» turned into «blanks» for later striking?» (M. C. Hipólito, pp. 249-255);
- «The metrology and dating of the *ceitis*» (F. M. Magro, pp. 257-274);
- «For a better knowledge of the florin and its role in the economy of the Catalan — Aragonese crown» (M. Rueda Sabater, pp. 275-282);
- «The money among the Mozarabs of Portuguese territory. Data obtained from the «Livro Preto» of the See of Coimbra» (A. Losa, pp. 283-294);
- «The Islamic coins in the Portuguese territory» (J. R. Marinho, pp. 295-305);
- «The influence of Moslem coinages upon the monetary systems of the Medieval Iberian kingdoms» (A. M. Balaguer, pp. 307-334);
- «The *morabitino* de Braga» (J. F. Vaz, pp. 335-340);
- «An interesting forgery: the *round visor* barbuda (M. G. Marques, pp. 341-351).

Como se pode verificar pelos enunciados, estamos na presença de uma gama de estudos de índole variada cujo interesse científico excede, claramente, problemática medieval. Já se sugeriu o destaque que merece o conjunto de estudos que, pela metodologia de investigação a que recorrem, se caracterizam pelo carácter mais moderno ou menos divulgado de tais técnicas. O tema geral das análises não destrutivas, de que há já uma razoável bibliografia numismática portuguesa, é, naturalmente, um desses tópicos cuja importância já não carece de ser sublinhada. No trabalho de síntese de P. Cabral o leitor encontrará uma cómoda revisão comparativa dos diversos métodos de análise química. Saliem-tam-se aspectos diferenciais relevantes e fornece-se, na secção final, uma bibliografia sobre moedas medievais de diversos períodos e áreas geográficas. (Para uma versão em português, sem a secção bibliográfica final, cf. este número de *Nummus*). O estudo de F. Carter e M. Booth, tendo por objecto, exclusivamente, um desses métodos, a espectrometria de fluorescência de raios X, aplicado a moedas em que o metal base é «cobre» é, naturalmente, tecnicamente mais detalhado.

Taxonomia numérica aplicada a materiais arqueológicos não é, também, propriamente, tema inédito em bibliografia portuguesa. (Cf. J. P. Cabral, «Caracterização de cerâmicas arqueológicas mediante análise por activação com neutrões. Classificação das cerâmicas por métodos de taxonomia numérica», *Conimbriga*, vol. XVI, Coimbra, 1977, pp. 103-137), mas a colaboração de M. Stahl terá constituído uma das mais interessantes contribuições. Baseado no seu trabalho sobre moeda merovíngia (*The Merovingian coinage of the Region of Metz, Louvain-la-Neuve*, 1982) evidenciam-se os problemas específicos postos pela

extrema quantidade e variedade de características diferenciais que ocorrem entre os indivíduos de certas populações monetárias. Expõem-se os princípios básicos do método para poder chegar-se a uma classificação objectiva de grupos, por complexa «contabilidade», a partir da caracterização de um número elevado de atributos. Um trabalho de exame cuidadoso de cada indivíduo, que tem de ser comparado com todos os outros em função dos atributos adoptados como pontos objectivos de referência — no caso presente 42 atributos — traduz-se por uma notação numérica, que se exprime por um índice de semelhança entre cada par de moedas. No exemplo concreto referido, envolvendo 330 moedas, atingiram-se 60 000 emparelhamentos, obtidos, naturalmente, com o concurso de computador. A partir daí, também por indispensável recurso a computador, há que submeter tais dados a tratamento por meio de programas especialmente elaborados para o efeito que permitem, no final, individualizar grupos, segundo o grau de afinidade geral dos indivíduos entre si. Como o autor salienta, «o uso principal da taxonomia numérica é proporcionar um modo sistemático para separar em grupos uma grande quantidade de material. A interpretação desses agrupamentos é então tarefa do numismata». O estudo contém alguns exemplos sugestivos desse trabalho de interpretação. (A propósito do citado estudo de Sthal, refira-se a recensão crítica inserta no último volume de *Révue Numismatique*, VI Série, Tomo XXVI, Société Française de Numismatique, année 1984, Paris, 1985, pp. 258-268, por Buttrey sob «Numismatic Taxonomy». Há alguns reparos que nos parecem de efectivo alcance crítico dizendo respeito especificamente ao método, ou ao uso que dele se fez, que se afiguram bem dignos de consideração, para além de outros que não têm propriamente a ver com a essência do método).

Ainda sob o ponto de vista metodológico merece especial destaque o trabalho de G. F. Carter sobre «Cálculos numismáticos a partir da estatística de ligação de cunhos», área de investigação a que o autor também se tem dedicado e onde regista contribuições originais. Seja-nos permitido expressar a opinião pessoal, com as reservas próprias que deve merecer a opinião de alguém sem formação estatística e informática adequada, que este estudo se nos apresenta como dos (ou mesmo o) mais sugestivo de todo o volume, pelo extraordinário interesse que revestem as soluções ao elenco de questões que, logo no começo, se formulam a propósito de uma dada emissão e das perspectivas optimistas que um trabalho interdisciplinar, mobilizando nomeadamente especialistas de numismática, de estatística e de computadores, leva o autor a perfilhar. No fundo são apenas algumas das mais interessantes questões envolvidas no funcionamento de uma casa de moeda antiga ao produzir uma emissão que se inventariam e para algumas das quais se propõem respostas. Eis esse elenco: número original de cunhos; volume de moeda produzido; vida média de duração dos cunhos; distribuição

desta vida média de duração; modo de organização interna dizendo respeito à arrumação das parselhas operacionais de cunhos, com arrumação em caixas separadas de aversos e reversos no fim de cada dia de trabalho ou conservação acoplada de tais parselhas; duração do trabalho requerido para gravar um cunho; número de «bigornas» («work stations») usadas; tempo requerido para a produção de uma emissão completa; ritmo de produção por dia e por «bigorna»; número de pessoas empregadas na operação de cada bigorna, funcionamento de uma casa de moeda. Como se verifica, estamos já muito distantes da situação de que Sellwood (1963, cf. 18) (*) foi um dos pioneiros ao fazer avançar, por via experimental, alguns tímidos ensaios anteriores, no sentido da quantificação de um primeiro aspecto e dos mais importantes de todo o ciclo produtivo monetário, exactamente o número de unidades que, pela cunhagem a martelo com as características que a mesma reveste entre os gregos, um cunho de reverso teria normal capacidade para, com moeda de prata, poder produzir, o que calculou entre um mínimo de 10 000 e um razoável máximo de 16 000, quando a relação «mais normal» de duração relativa entre cunhos de reverso-averso era c. de 1:2. Saliente-se, a propósito, que Carter reconhece que trabalho experimental análogo carece de ter continuidade. Na verdade, para cunhagens ou séries diferentes sob múltiplos aspectos (metal a cunhar, denominação, módulo, espessura de flan, metal dos cunhos, relevo dos tipos, etc.) o número de unidades produzidas variará, pelo que os volumes de 15 000 ou 30 000 adoptados por Carter para o caso de moeda romana republicana de prata são apenas valores operacionalmente presumíveis, além de que subsitem questões cuja solução tem de ser encontrada também com o contributo da via experimental.

No decurso dos últimos 30 anos, e particularmente na última década, têm-se vindo a multiplicar e precisar fórmulas para cálculo do número original de cunhos de uma emissão a partir da identificação do número de cunhos registado em amostra significativa de exemplares. C. Lyon foi um dos primeiros que desenvolveu um desses métodos, nos anos 60. G. F. Carter operou há alguns anos uma extensão desse método para, ao contrário da generalidade de outros, entrar em linha de conta com verificadas variações individuais na duração de cunhos. Um programa de computador, de colaboração com Moore, foi preparado. A consideração deste factor de variabilidade traduz-se por uma curva não do tipo de Gauss mas por uma distribuição de tipo gama. Esta distribuição verificou-se ser a que melhor se adapta aos dados empíricos proporcionados pelo estudo de uma série romana republicana muito particular. Trata-se da emissão de P. Cre-

(*) Para este tipo de referência, ou similar, conf. os mesmos números na bibliografia que acompanha os próprios originais.

pusius, para a qual foram obtidos as seguintes durações: 25 horas para o maior número de cunhos, um valor médio de 50 horas, uma mediana de 42 horas.

O estudo publicado no volume do Simpósio ocupa-se da versão mais simplificada do método de G. F. Carter, também entretanto divulgado em volume de *Museum Notes* (ANS, n.º 28, 1983, pp. 195 ss.), ao tempo do encontro de Santarém por publicar. Da referida emissão de P. Crepusius, inicialmente só estudada por Buttrey em 1976 (cf. 14), examinaram-se cerca de 1 100 moedas, emitidas em 82 a.C. Estes denários apresentam a importante particularidade de exibir a combinação de letras do alfabeto romano com grupos de símbolos para individualizar cada cunho de anverso e os cunhos de reverso são igualmente diferenciados por um numeral romano de 1 a 519, com totais aproximados de 510 e 479, respectivamente. Esta particularidade das moedas de Crepusius constituiu, assim, uma boa oportunidade para testar os referidos métodos de cálculo do número original de cunhos. Com base nos resultados de distribuição de duração obtidos através dos denários de Crepusius é possível estabelecer três equações para calcular o número original de cunhos, dependendo a utilização de uma ou outra das três equações dos números concretos de cada caso em estudo (número de moedas da amostra, número de cunhos verificados em tal amostra). Uma outra equação empiricamente deduzida permite calcular o desvio padrão. Da análise dos elementos contidos no quadro da pág. 98 sobre «Cálculo do número de cunhos de anverso dos denários de Crepusius» é possível avaliar o alcance do método. Enquanto Buttrey dá o número provável de 479 cunhos para as 1 075 moedas estudadas, o número calculado pelo recurso às citadas equações é de 475 ± 10 . No estudo de *Museum Notes* (cf. *supra*) há a pág. 204 também dados sobre cunhos de reverso, exibindo a mesma geral correspondência (aproximadamente 519 cunhos examinados, para 494 ± 10 calculados). No ponto de vista crítico é de salientar, como o autor não omite, que os denários de Crepusius estão na base daquelas três equações; daí que, como também se adverte nas conclusões, se imponha saber até que ponto as mesmas equações podem ser válidas para outras séries, de épocas e centros emissores diferentes.

Na parte final do estudo apresentam-se os resultados de trabalho de que G. F. Carter é coautor com A. C. Carter, publicado em 83 sob o título «Simulation of a Roman mint by computer» (cf. 15). Através de um programa de computador simula-se a operação de uma casa de moeda pelo qual se procura obter respostas específicas aos seguintes parâmetros: número de dias de operação de uma casa de moeda; número de bigornas (work stations); vida média de cunhos de anverso; vida média de cunhos de reverso; número de cunhos de anverso na respectiva caixa, número de cunhos de reverso na respectiva caixa; recolha ou não recolha

de cunhos à respectiva caixa cada noite. O programa simula a operação da casa de moeda na base de um dia de trabalho de 12 horas, e baseia-se nos resultados obtidos na já atrás referida distribuição de tipo gama para a vida dos cunhos. Dos resultados do computador deriva-se nova equação em que as variáveis são o número de bigornas (A), o número total de cunhos originais (D), o tempo total que toda a emissão mobilizou (T) e o tempo médio de duração de cunhos de anverso, ou reverso, ou combinação anverso-reverso (t). Uma tábua a p. 101 explicita os resultados. Compreende-se a equação $A = (D.t)/T$, e a sua expressão $D.t = A.T$, donde resulta que o número de bigornas só pode ser conhecido através de D (calculável pelas três equações já atrás referidas) e ainda T e t, estas as variantes mais difíceis de precisar. No melhor dos casos, a duração de T poderá conjecturar-se, dada a estrutura peculiar da produção sob a república romana, ou por referências literárias. Se se puder concluir que apenas uma bigorna foi utilizada ($A = 1$), então t é teoricamente calculável. Limitamo-nos a sublinhar alguns dados que nos parecem mais sugestivos ou, tanto quanto nos é possível julgar, pelo menos de momento, os melhores alicerçados. Os citados denários, estudados primeiro por Buttrey (cf. 14) e depois por Carter e Buttrey (cf. 17), proporcionam resposta ao problema da duração do trabalho de gravação de um cunho. Dado o n.º de cunhos de anverso (c. 475 ± 10) e o n.º de cunhos de reverso (c. 510 ± 15), e dado que segundo Buttrey a duração total da emissão foi de cerca de 127 ± 10 dias ($= 1520 \pm 120$ horas) e só dois gravadores preparam o total de 985 cunhos em 1520 horas, ou cada gravador 492 em 1520 horas, resulta que cada cunho mobilizou uma média de 3,1 horas a ser gravado. Ainda na base da vida de um cunho de anverso de 50 horas, tal como se apresenta na tábua que condensa os resultados do programa (p. 101), e admitindo uma média de 15 000 unidades por cunho de anverso, resultará que a duração média para cunhar uma moeda será 12 segundos. Justifica-se citar parte das últimas palavras da conclusão: «Muito trabalho adicional carece de ser levado a efeito para determinar a amplitude de aplicação das teorias», o que parece não deixará de verificar-se, dada a vaga de interesse que a estatística numismática tem, tão salutarmente, merecido nos últimos anos.

Há ainda outros estudos que se situam fora ou transcendem o quadro geográfico peninsular. Está neste segundo caso o assinado por Day, sobre a célebre equação de Fisher. Abstemo-nos, compreensivelmente, de qualquer comentário sobre a mesma. O trabalho do Conservador da secção numismática do Museu Nacional da Dinamarca sobre achados não é, como o título poderia, em princípio, sugerir, uma abordagem de tipo geral, mas circunscreve-se ao seu país, apresentando dados resultantes de trabalho do autor e de outros seus colegas nórdicos.

Esta orientação não quer dizer que se não evoquem algumas grandes questões que se podem colocar a propósito de outras latitudes. Sirvam de exemplo a questão do que poderão os tesouros dizer-nos acerca de uso de moeda medieval e se a existência de muitos tesouros implicará, necessariamente, uma importante circulação monetária, isto para além de alguns casos de estudos de tesouros que apresentam particularidades de especial significado no ponto de vista crítico. O estudo começa por precisar o regime jurídico que regula os achados arqueológicos desta natureza. Em face da falta de civismo e indigência cultural que continua a reinar entre nós, com responsabilidade ineludíveis para as autoridades — a propósito de casos recentes remetemos o leitor interessado para breves notas em *Moeda*; cf. vols. X-n.º 3, X-n.º 6, Lisboa, 1985) — não deixa de ter interesse referir que na Dinamarca todos os tesouros e moedas achadas singularmente, desde que tais materiais tenham mais de cem anos, têm de ser entregues à coroa, segundo as disposições da lei de *Dafenae*, a qual, sendo medieval na origem, tem o seu mais recente suplemento datado de 1752. Segundo tais disposições o achador recebe uma compensação que ultrapassa o valor do metal mas que não corresponde ao valor do mercado. Observa o autor: «Tem de admitir-se que ela funciona surpreendentemente bem; nós recebemos virtualmente todos os tesouros e muitíssimas moedas achadas singularmente ou achados cumulativos também de pessoas usando detectores de metais». E ainda: «Até agora não temos conhecimento de qualquer importante tesouro que tenha escapado às disposições das *Dafenae*...» Um outro aspecto pontualmente interessante é o que diz respeito a um tipo particular de achados cumulativos. «Especialmente moedas achadas em igrejas tornaram-se uma particularidade da Escandinávia e têm desempenhado um importante papel na investigação numismática no decurso dos últimos cerca de 30 anos». Além das disposições legislativas citadas, ocorre que em tais países não há separação entre Igreja e Estado, havendo um ministério dos assuntos eclesiásticos por onde passam todos os trabalhos efectuados em igrejas. Sendo o Museu Nacional da Dinamarca uma instância consultava do ministério, «há a certeza de que todas as moedas encontradas durante esses trabalhos são de factos enviadas para o Museu e não perdidas», situação que se vem verificando desde os princípios de 1950 quando, então, se tomou consciência da importância arqueológica deste material jazendo sob o pavimento dos templos, com o resultado de que cerca de 10 000 unidades foram deste modo recuperadas, na sua maioria de época medieval. A propósito desses achados salienta-se a sua importância para ajudar a determinar as casas de moeda de frequentes cunhagens dos fins do séc. XIII e começos do séc. XIV. Anualmente havia em certos lugares novas cunhagens e por cerca de 75 anos as peças são desprovidas de legendas identifi-

adoras dos locais de emissão. Compreende-se que, dado o pouco valor das denominações, essencialmente destinadas a ser recolhidas em «caixas» de esmolos», a circulação teria tendência a ser mais ou menos local, o que se objectivará em diferentes padrões de concentração.

Situando-se já na Península, o estudo metrológico de J. Pellicer i Bru caracteriza-se por uma visão geral, não dizendo apenas respeito a uma área geográfica determinada dentro do complexo ibérico. Em assunto de tanta dificuldade intrínseca como é a origem, evolução e relações recíprocas de sistemas metrológicos diversos, simultaneamente do foro da arqueologia e da história, envolvendo comportamentos tão complexos como ancestrais sobrevivências culturais e elementos de diferentes estratos de aculturação, o leitor interessado não deixará, certamente, de apreciar o esforço do autor na tentativa de encontrar saídas com êxito no que a um estranho a tais subtilidades bem poderá parecer um verdadeiro labirinto.

No aspecto geográfico os restantes estudos do volume concentram-se, fundamentalmente, em duas áreas particulares da Península, através de intervenções que, no conjunto, revestem também carácter diverso. No que se refere ao território do antigo reino de Catalunha-Aragão a incidência não se faz tanto sobre espécies monetárias específicas, como no caso da quase totalidade dos trabalhos apresentados sobre território português sobre período posterior à fundação da nacionalidade. Não temos dúvidas que os medievalistas portugueses encontrarão nos trabalhos dos especialistas A. M. Balaguer, M. Cruzafont i Sabater e M. Rueda Sabater largos motivos de interesse. Para além de aspectos em que tais trabalhos também focam problemas de interesse imediato para fenómenos ocorridos em território português, resulta particularmente interessante seguir a evolução de processos que, por várias razões, entre as quais algumas que decorrem das cronologia e natureza específica dos processos de definição das independências dos reinos peninsulares em áreas tão diversas, não têm, propriamente, réplica em Portugal. Pela forte individualidade que nos parece caracterizar a área daquele antigo reino, de localização muito oposta ao extremo ocidental da península que Portugal virá a ocupar, resulta muito instrutivo apreciar o jogo de forças sociais internas e influências estrangeiras que se objectivaram no percurso do fenómeno monetário local. Compreender-se-á que os estudos versando directamente sobre território nacional justifiquem referência que, sem deixar de ser sumária, seja menos vaga.

Começando por abordar períodos de mais recuada cronologia, resulta interessante apreciar aspectos da continuidade que os estudos de A. Losa e J. R. Marinho nos permitem seguir, nomeadamente desde fins do séc. X e começos

do seguinte até ao séc. XIII, visão que é complementada pela secção do estudo de síntese de A. M. Balaguer inserto a p. 328 ss. Como se deduz da documentação explorada pelo primeiro autor, a sociedade retratada é dominada pela ruralidade, onde além da troca directa, que há que admitir como prática dominante normal no trato económico do dia a dia, dominam os pagamentos em espécies, com realce para cereal e correlativa utilização do moio como medida de valor. Ocorrem, muito secundariamente, pagamentos e avaliações em espécies metálicas, onde domina a prata, de origem muçulmana. Dos documentos decorre, igualmente, que o ouro, também da mesma proveniência, só ocorre em transacções do final do séc. XI envolvendo todas essas operações um mesmo contratante, um verdadeiro magnate, situação que é já diferente no séc. seguinte em que o morabitino, a expressão cristã para o dinar árabe, é a espécie mais citada, o que não significa que mesmo então não seja possível verificar a existência de formas de «moeda» não metálicas, como é o caso, bem conhecido e típico, do bragal. A economia permanece, fundamentalmente, não dominada pela moeda metálica. O estudo de J. Marinho baseia-se não em documentação escrita mas achados de natureza monetária. Enumeram-se tais materiais, começando por salientar a relativa pobreza dos mesmos nos territórios a norte do Tejo. O estudo concentra-se depois sobre dados da área transtagana, de onde a documentação é bem mais abundante. Entre esta dominam as peças proporcionadas pelo vários núcleos da Lapa do Fumo, junto a Sesimbra, já objecto de anteriores trabalhos do autor. Salienta-se o estudo de um grupo de 43 peças de prata pelo tratamento numismático que permite e as ilações daí decorrentes. Em tal população individualizam-se 28 cunhos de anverso e 25 de reverso, com ligações de cunhos entre 28 exemplares. Isso habilita a um cálculo do número original de cunhos e confirma uma emissão de pequeno volume, o que a existência anterior de apenas dois numismas conhecidos já levava a supor. Entre outros tópicos abordados salientam-se as práticas de fraccionar moedas, quer de prata quer de ouro, certamente para ajustar valores metálicos a montantes precisos de certos pagamentos. Uma outra prática singular atestada por materiais de diversos tesouros provenientes da zona entre Tejo e Guadiana é a faceta de cortes ou orifícios exibidos por certos *dirhames* através dos quais pequenos fragmentos de moedas ou mesmo de fios de prata foram neles introduzidos e intencionalmente a eles presos. O cerceio do *dirham* é fenómeno bem conhecido até cerca de 240 e Miles inclinou-se, em 1960, para um significado metroológico para esses acrescentos. Segundo Marinho, será outra a real explicação. Tendo o cerceio cessado praticamente depois daquela data, certamente, ao que sugere, por decisão oficial que imporia a aceitação pelo peso efectivo dos *dirhames*, continuou a haver, contudo, a necessidade de obter fracções para perfazer pesos

exactos requeridos, pelo que a inserção dos referidos apêndices obedeceria ao intuito de evitar que tais fragmentos se perdessem. Salienta que isso foi praticado «independentemente do peso com que ficariam». (Esta citação é de outro estudo: cf. «Uma prática singular em moedas do Emirato do Ândalus», *O Arqueólogo Português*, Série IV, 1, Lisboa, 1938, pp. 347-374, onde o assunto é, naturalmente, melhor explicitado que na forçada síntese apresentada em Santarém, p. 301). A parte final do trabalho incide já sobre aspectos contemporâneos da fundação da independência do ex-Condado Portucalense e as espécies referidas na lei de preços de Afonso III, de 26 de Dez. de 1253, cuja identificação se tenta e em relação a cuja problemática se discute a emergência dos dinheiros cristãos, de bilhão. Estes, para além de um símbolo de soberania, podiam oferecer a solução para pequenos valores, dado que as peças muçulmanas, ainda que abundantes, os não contemplavam. Neste contexto dos pequenos valores é ainda evocado o problema das «mealhas», citadas como medida de valor em documentação e cujo uso prático também se encontra demonstrado pelos achados que denotam fraccionamento intencional de dinheiros. Considerando o panorama geral dos séculos X a XIII que decorre da articulação dos diversos subsídios confirma-se, assim, que há um progressivo aumento do recurso a meios metálicos para satisfação, cada vez com mais intensidade, das necessidades correntes e isso explicará, como J. Martinho salienta, em face da diversidade das espécies que corriam, a preocupação documental de cuidadosamente especificar as espécies que deveriam saldar obrigações contraídas. Como desde há muito se sabia, a diversidade de credos religiosos não obsteu à circulação ampla das espécies muçulmanas entre os cristãos. A síntese de A. M. Balaguer (pp. 301-344) oferece-nos um quadro amplo onde não é só a circulação das espécies forasteiras e os mecanismos dessa circulação que são evocados mas muitos outros aspectos, como seja o importante problema do circunstancialismo dos começos das emissões de ouro por iniciativa dos reinos cristãos e o contexto europeu em que tais emissões, exactamente pela influência muçulmana, sobressaem, antes de, em 1252, as cidades de Florença e Génova iniciarem o que constituem as primeiras emissões regulares de ouro de real alcance comercial, obedecendo a padrões próprios de tipologia e metrologia. As páginas 332-334 são dedicadas a Portugal, abordando aspectos desde os primeiros morabitanos de Sancho I (cf., a propósito, o trabalho de F. Vaz) até à adopção do cruzado, cuja introdução se adaptou às tendências europeias da época.

No que se refere a espécies monetárias propriamente nacionais os estudos monográficos apresentados incidiram sobre dinheiros, reais brancos de D. João I e ceitis. Como se sabe, a primeira espécie domina o panorama monetário da nossa primeira dinastia até à sua provável desmonetização por D. Fernando. Os dois

estudos do volume sobre essa primeira espécie incidem, no fundo, sobre o mesmo problema: o volume relativo da produção ao longo da dinastia. No caso do estudo de P. de Lemos usa-se uma metodologia tradicional, o que não quer dizer seja via a desprezar, recorrendo à simples quantificação de dados extraídos de catálogos de vendas nacionais entre 1942 e 1982. No segundo caso, os autores recorrem a uma metodologia de concepção sofisticada e inovadora, envolvendo o concurso de um programa de computador e valorizando não só os dados de P. de Lemos como outras quatro fontes: dois tesouros, o de Atalaião e um de Santarém, ambos ocultos por 1271/8; um outro tesouro de Santarém oculto nos anos quarenta do mesmo século; finalmente, os achados da necrópole de S. Miguel de Odrinhas. Em relação a este último material, que, ao que julgamos, é pela primeira vez valorizado, os autores partem do pressuposto de que cada corpo confiado à terra teria sido intencionalmente dotado com uma moeda de baixo valor e de curso legal destinada a pagar a Caronte a passagem do rio de acesso ao Hades. Estaremos, assim, perante achados cumulativos constituindo amostra significativa, composta por 89 peças (82 moedas e 7 fragmentos), desde Sancho I (1185) a D. Fernando (1385). Uma solução informática tendo em conta os diversos núcleos de informação a comparar foi concebida para ensaiar uma série de modelos de circulação mercê de um programa onde se contabilizaram três variáveis: duração de cada reinado dentro do período, presumíveis aumentos relativos, de carácter anual, da massa monetária em circulação e igualmente presumíveis índices, também anuais, de perdas da mesma massa em circulação. Da comparação dos diversos quadros obtidos e da ponderação de factores que intervêm na discussão da sua interpretação, a conclusão mais saliente será a de que até Afonso III os monarcas forçaram a renovação da moeda, impondo a sua troca. Afigura-se-nos que um estudo com esta estrutura envolve mais subtilezas que à primeira vista seria de supor. O que de mais seguro podemos comunicar ao leitor é que, se bem que nos levante interrogações sobre variados pressupostos e pormenores interpretativos, a começar por alguns incidindo sobre o material de Odrinhas, que nos parece fundamental na economia do estudo, se nos afigura, ao mesmo tempo, extremamente sugestivo e mais do que digno de exame cuidadoso. Uma vez mais, e sem menosprezar o facto da autoria do trabalho ser dupla, M. G. Marques tem o inestimável mérito de avançar com novidades na metodologia de análise de materiais. É de esperar que outros se sintam motivados pelo desafio à renovação que tais propostas, criticamente examinadas, convidam.

Os dois estudos da colectânea incidindo sobre o real branco de D. João I, documento de importante significado histórico pela sua conexão com a campanha de Ceuta em 1415, integram-se num programa global de investigação de que se antecipam alguns resultados já adquiridos com admissível solidez. Um dos trabalhos

procura avaliar o volume de emissão e outro incide sobre o teor de liga. A partir de um estudo minucioso de 330 unidades, seleccionaram-se 279,223 cunhadas em Lisboa e 56 no Porto, com condições para permitir a identificação de cunhos de anverso, de que se apuraram 197 e 53, respectivamente. A partir destas identificações, com a intervenção de um factor de correcção para o caso do Porto dada a debilidade estatística dos números a essa casa de moeda relativos, procedeu-se ao cálculo do número original de cunhos segundo o método de Lyon-Carter e a versão simplificada deste último autor. Apresenta-se como conclusão «razoável» o número de 1450 ± 250 cunhos de anverso para toda a emissão, donde se segue que a produção total de exemplares teria sido superior a 24 000 000 e, possivelmente, na casa dos 30 000 000 (média de 20 000 peças por cunho). O exame minucioso implicado para possível identificação de cunhos proporcionou uma classificação tipológica que se apresenta em apêndice, na qual se definiram 74 subgrupos. O estudo do teor da liga, a partir de 180 moedas e por expectometria de fluorescência de raios X, aponta para três grupos com os seguintes valores originais dos teores de prata e respectivos desvios padrões: $26 \% \pm 3 \%$; $12 \% \pm 1 \%$; $7 \% \pm 1 \%$. Os correspondentes valores quanto a pesos são os seguintes: $2,88 \text{ gr.} \pm 0,25$; $3,00 \pm 0,38$; $3,00 \pm 0,33$. Destes resultados analíticos deduz-se, assim, que estamos na presença de uma evolução caracterizada por três fases com dois bem individualizados momentos no processo de degradação que caracteriza o recurso habitual na política monetária do fundador da dinastia de Aviz. Na falta de documentação suficientemente completa e explícita de Fernão Lopes e do reinado de D. Duarte, parece perfeitamente razoável interpretar estes dados à luz de documento da Casa da Moeda de Lisboa, já de D. Afonso V, de 1441, pelo qual se verifica que, então, sob três designações diferentes («reais de dez reais de três dinheiros», «reais de dez reais de escolha» e «reais de dez reais correntes») se aponta a evolução que o estudo analítico documenta.

O estudo de F. M. Magro sobre metrologia e datação dos ceitis constitui, também, parte de um estudo geral sobre esta espécie monetária cuja publicação se anuncia para breve. O leitor familiarizado com as características gerais com que esta denominação ocorre com mais frequência estará em condições de valorizar o volume de trabalho, a tenacidade e a coragem que representa examinar mais de 5 000 unidades, mesmo tendo em atenção a existência já de alguma bibliografia e ensaios sobre o tema. Na realidade, estamos perante um desafio de notáveis proporções. Se a identificação das peças como ceitis é facilitada pela constância da temática tipológica básica — castelo banhado por ondas e armas reais — com a única excepção da rara emissão de D. Manuel com escudo e inscrição árabe, a extrema variedade de pormenores de elementos básicos da composição, com tendência para o esquematismo, a imensa variedade de formulário das legendas

aliada à sua variedade ortográfica, dificuldades de leitura acrescidas pela própria dimensão dos flans em relação aos cunhos, para já não referir a pobreza do estado de conservação de muito material que compromete a segurança de qualquer leitura, constituem particularidades que seriam aceitavelmente desencorajantes. No meio de tanta heterogeneidade ocorrem séries com letras de casas de moedas e diferentes. Os resultados da ordenação a que o autor chegou — 32 grupos principais, 100 subgrupos e 540 sub-subgrupos — resultam de um trabalho que, tendo começado pela individualização das unidades pelos diversos reinados, de D. Afonso V a D. Sebastião, foi subseqüentemente ordenado segundo «noções subjectivas sobre a mais provável evolução tipológica». Num segundo momento, esses grupos de base tipológica foram reordenados «segundo uma progressiva redução de peso», critério que, salienta o autor, «só originou um surpreendente pequeno número de alterações na seriação antes estabelecida». Como é natural, dados extraídos de documentação paleográfica foram também utilizados para combinação com a metrologia obtida por pesagem. A evolução tipológica é figurada sob a forma de desenhos, oferecendo-se para cada grupo um breve comentário. No que se refere a metrologia, dois quadros sintetizam todos os elementos relevantes, secção que é completada por histogramas dos grupos de adequada população para justificar tal forma de apresentar resultados. Parece de sublinhar parte da breve conclusão final: «O estudo dos *ceitis* permanece imperfeito sob muitos aspectos. A datação, em especial, não satisfaz, devido à quase completa falta de fundamentação documental e à extrema raridade dos exemplares que subsistem de certas emissões». Refira-se, a propósito, que dadas as características deste material foi objecto de diálogo entre vários intervenientes e o autor a possibilidade teórica de ensaiar com o mesmo a metodologia da taxonomia numérica.

No que se refere a outros trabalhos por autores nacionais, há ainda a referir quatro outros estudos (cf. *supra* alusão ao estudo de F. Vaz sobre o pseudo «morabino de Braga»). Em a «Queda de um mito...» Nuno Gonçalves, que desempenhou as funções de Secretário Geral do Simpósio de modo a justificar merecidos elogios, começou por recordar o carácter dubitativo e cauteloso com que Aragão introduziu na sua obra o real preto com «possíveis» caracteres árabes no reverso, posição de prudência que a literatura posterior não seguiu. Como demonstrou, esses hipotéticos caracteres não passam do resultado de sobreposição de tipologias resultante de um acidente de cunhagem. Em outro breve trabalho, incidindo também sobre exemplares de reais pretos do mesmo monarca, D. João I, mas desta vez obliterados intencionalmente, M. C. Hipólito sugeriu, pelos diversos elementos do conteúdo de um achado realmente singular, a hipótese de provei-

tamento de tais peças desfiguradas para ulterior cunhagem de outra denominação e, provavelmente, ceitis. M. G. Marques assina os dois outros estudos. Começando pelo que encerra o volume, que tem por objecto dois espécimes de barbudas pertencentes a colecções estrangeiras cujo carácter de falsidade não é difícil de surpreender por quem conhece a denominação, não deixa de ser interessante acompanhar o percurso seguido para se chegar ao modelo (A. Caetano de Sousa, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*) que o autor da imitação procurou reproduzir. Tem, naturalmente, outras dimensões e responsabilidades em termos de interpretação histórica, o estudo de síntese versando sobre «Variações da moeda portuguesa da segunda metade do século XIV», um período singularmente complexo, pelo seu significado e importância de charneira entre dois ciclos bem distintos da nossa vida como comunidade nacional e em que se verificam quase constantes alterações da moeda. Essencialmente, o que o estudo põe em causa é o confronto entre os reinados de D. Fernando e os começos da nova dinastia. Tendo como ponto de partida o julgamento de Fernão Lopes sobre as políticas económicas de D. Fernando e de D. João, primeiro como regedor depois como rei, que se caracteriza por sistemática condenação do primeiro para justificar a degradação económica verificada sob o segundo, M. G. Marques propõe-se contribuir para a correcção dessa visão pelo exame crítico das variações monetárias do período, a conexão das mesmas variações com a situação imediatamente anterior e posterior e, finalmente, avançando algumas hipóteses sobre a estrutura ou conjuntura política e social que estará na base daquele processo evolutivo. Da revisão minuciosa dos cerca de 16 anos do reinado do Rei Formoso, particularmente caracterizado pela emissão de sucessivas novas espécies, cuja cronologia, características intrínsecas e situação no condicionalismo de política interna e externa é tanto quanto possível precisado — recordem-se os anteriores trabalhos de que M. G. M. é autor exclusivo ou coautor — emerge, na interpretação do autor, uma fase curta de desvalorização seguida pela adopção de uma política de deflação a partir dos primeiros anos de 70 pela qual se restaurou a qualidade do numerário, que, igualmente, se caracteriza por estabilidade até à morte do monarca, em 1383, não obstante os episódios da segunda e terceira guerras com Castela. Embora se reconheça que prosperidade económica não é o mesmo que estabilidade monetária, salienta-se que este indicador deveria, pelo menos, impor prudência de julgamento na subscrição daquela visão do cronista oficial do fundador da dinastia de Aviz. Por outro lado, os dados objectivos que nos são dados acerca da evolução imediatamente subsequente, de um reinado de cerca de meio século, é fortemente contrastante: em resumo, ela caracteriza-se por uma precoce, severa e duradora desordem do anterior equilíbrio monetário. Um gráfico inci-

dindo sobre os anos de 1260 a 1560 objectiva o conjunto da evolução entre tais extremos. Pessoalmente, consideramos merecedor de reflexão o breve ensaio sociológico da parte final do estudo. É, naturalmente, pelo suporte de documentação propriamente numismática que o precede, matéria que não deixará de suscitar a atenção dos estudiosos do período. Sem nos mover qualquer intenção polémica, afigura-se-nos que os historiadores «não numismatas» não poderão deixar de ter de contemplar os progressos metodológicos conseguidos pela moderna investigação no tratamento «numismático» das espécies monetárias e ignorar os contributos daí decorrentes, como se nada tivesse mudado no panorama da tradicional leitura numismática. A renovação que o progresso científico trouxe à metodologia aplicada a materiais arqueológicos estendeu-se também à arqueologia numismática e se outro mérito não pudesse assistir ao Simpósio de Santarém ele teria tido o indiscutível merecimento de trazer até nós alguns estudos que são uma magnífica amostra dessa nova e promissora renovação metodológica, apresentados exactamente por alguns dos autores que estão nessa vanguarda de ensaios inovadores (*).

M. CASTRO HIPÓLITO

(*) Começámos por justificar a razão de ser desta nota bibliográfica. Nomeadamente por três razões — o que conhecemos do trabalho intenso e longínquo de planificação e organização final do Simpósio; tudo o que nos foi dado verificar pessoalmente em Santarém onde qualquer interveniente pôde apreciar alguns aspectos modelares de organização; tudo o que sabemos acerca do modo como se processou todo o trabalho de publicação, atempada, do volume — impõe-se-nos ainda, como um acto da mais elementar justiça, testemunhar aqui, como o fizeram os representantes de todos os idiomas que na reunião se fizeram representar, toda a gratidão e apreço gerais de que o Presidente da Comissão Executiva do Simpósio se tornou credor. Efectivamente, se o Instituto Politécnico de Santarém e a sua Direcção ofereceram generosamente as instalações e acolheram fidalgamente os convidados, Mário Gomes Marques foi a verdadeira «alma» do Simpósio e o êxito da iniciativa é mérito que, fundamentalmente, lhe tem de ser imputado. Para se compreender a razão pela qual o autor do que *deveria ser apenas uma pura nota bibliográfica* se sentiu compelido a esta nota de fundo de página tenha-se presente a realidade geral do que tem sido, e continua a ser, a Numismática ao nível das nossas instituições universitárias oficiais...

